SUFRAMA

SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 10 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, segunda-feira, 6 de fevereiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO
Rendimento de outros Estados sobe e se aproxima do paulista 1
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Mais agilidade nas patentes 3
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Derrota chinesa na OMC 4
VEICULAÇÃO NACIONAL

O ESTADO DE SÃO PAULO
Insatisfeita, Dilma cogita 'donzela da torre' para ministério das Mulheres 5
VEICULAÇÃO NACIONAL

DCI - COMÉRCIO, INDÚSTRIA E SERVIÇOS
MEC vai comprar 600 mil tablets para escolas 7
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM
A vocação pragmática dos tributos 8
VEICULAÇÃO NACIONAL

ESTADAO.COM
Derrota chinesa na OMC 10
VEICULAÇÃO NACIONAL

VALOR
Múltis brasileiras trazem US$ 21 bilhões das filiais 11
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
Presidente da Câmara defende as MPs e o acordo para votar royalties 13
VEICULAÇÃO NACIONAL

BRASIL ECONÔMICO-SP
Petróleo na Amazônia não preocupa 17
VEICULAÇÃO NACIONAL

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Rendimento de outros Estados sobe e se aproxima do paulista

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

A diferença entre o rendimento médio real dos trabalhadores da Região Metropolitana de São Paulo ante o resto do País está menor. De 2003 a 2011, o salário dos paulistanos teve alta de 13,8% e foi o que menos cresceu entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo IBGE – quase nove pontos porcentuais inferior à total do País. Desde 2003, quando foi implementada a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego, o rendimento médio que mais cresceu foi o da Região Metropolitana do Rio (33,8%), seguida pelas de Belo Horizonte (32,1%) e de Salvador (30,9%). "É possível dizer que as demais regiões estão convergindo para onde está São Paulo", diz Regina Madalozzo, professora de economia do Instituto de Pesquisa e Ensino

Rendimento médio dos outros Estados fica mais próximo do de São Paulo

De 2003 a 2011, segundo o IBGE, a renda média dos paulistas foi a que menos cresceu, enquanto a do Rio teve a maior expansão

LUIZ GUILHERME GERBELLI - O Estado de S.Paulo

A diferença entre o rendimento médio real dos trabalhadores da região metropolitana de São Paulo ante o resto do País está menor. De 2003 a 2011, o salário dos paulistas teve alta de 13,8% e foi o que menos cresceu entre as seis regiões metropolitanas pesquisadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

De acordo com os números do instituto, a alta do rendimento de São Paulo foi quase nove pontos porcentuais inferior à verificada no total do País. Desde 2003, quando foi implementada a nova metodologia da Pesquisa Mensal de Emprego (PME), o rendimento médio que mais cresceu foi o da região metropolitana do Rio de Janeiro (33,8%), seguida por Belo Horizonte (32,1%) e Salvador (30,9%).

"É possível dizer que as demais regiões estão convergindo para onde está São Paulo", diz Regina Madalozzo, professora de economia do Insper - Instituto de Ensino e Pesquisa.

A pulverização do salário no País também tem sido influenciada pelo aumento do salário mínimo, que cresceu de R$ 240 para R$ 545 entre 2003 e 2011, e pelos programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, do **Governo Federal**. Esses dois fatores costumam ter mais influência em regiões economicamente ainda menos desenvolvidas, como Recife e Salvador.

"No curto prazo, os programas de transferência de renda são positivos para diminuir as desigualdades regionais" diz o economista José Márcio Camargo, professor da PUC-Rio. Ele ressalta, entretanto, que é preciso que os governos pensem em políticas de longo prazo para melhorar de forma permanente o rendimento dos trabalhadores das regiões menos favorecidas, como o Norte e o Nordeste do Brasil.

Disputa. A redução entre os rendimentos das regiões deve criar uma disputa entre Rio e São Paulo pelo posto de "dono" do maior rendimento nos próximos anos. No ano passado, a diferença foi de apenas 0,6% ou R$ 10,87 a favor de São Paulo; em 2003, era de R$ 234,99. "Durante a década de 90, a gente observou um crescimento econômico muito baixo no Rio de Janeiro. Então, deve estar havendo uma recuperação dessa década bastante fraca", afirma Rafael Bacciotti, economista da Tendências Consultoria.

A recente recuperação econômica do Estado tem sido puxada sobretudo pelos projetos das empresas ligadas ao setor de petróleo e gás e pela demanda de investimento criada com a Copa do Mundo, de 2014, e Jogos Olímpicos, em 2016.

Petróleo. "O Rio tem grandes reservas de petróleo, empresas petrolíferas estão se instalando lá. Isso faz com que o **mercado** de trabalho aumente", avalia Camargo. Na opinião dele, o setor de serviços também tem atraído investimentos por meio do turismo e pelo o que chama de a "renovação da cidade".

"Houve uma política de reordenação urbana bem-sucedida, a questão da segurança melhorou nesse período e ajudou na recuperação do Rio."

Esse aquecimento econômico causado por diversos fatores, segundo Regina Madalozzo, fez com que a demanda pelo trabalho crescesse mais rapidamente no Rio do que em outras regiões do País, o que levou "os salários a subirem mais rapidamente".

De acordo com o IBGE, na indústria, por exemplo, a renda cresceu 23,8% entre 2003 e 2011 no País, enquanto no Rio o aumento foi de 43,3%. "É saudável que a economia do País esteja diminuindo as diferenças, até porque a infraestrutura existente não comportaria mais que todo mundo visse trabalhar em São Paulo", diz Regina.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Mais agilidade nas patentes

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

As medidas anunciadas pelo governo em meados de 2011 para modernização do sistema de patentes, a cargo do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi), começam a apresentar resultados. Com a conclusão da informatização dos serviços de análise e registro, o órgão reduziu para cinco anos o tempo médio estimado para tramitação de pedidos de patentes, o que é bastante razoável, considerando que, até 2009, era preciso esperar 10,2 anos para obtenção do registro, ou seja, um pouco mais da metade dos 20 anos de validade de uma patente. A evolução nessa área tomou impulso no fim de 2011, quando o prazo de processamento de patentes no órgão já havia caído para 5,4 anos. A meta agora é reduzir o prazo para menos de quatro anos em 2015. Este seria "um prazo compatível com as melhores práticas internacionais para garantir uma análise confiável e dar segurança às empresas para desenvolver o produto de suas tecnologias", como disse Jorge Ávila, presidente do órgão, em entrevista ao Estado.

A agilidade no registro de patentes é um requisito básico para o estímulo à inovação de processos e produtos por parte das empresas, condição necessária para fazer face à concorrência internacional, tanto no **mercado** externo como no doméstico.

Além disso, a modernização do Inpi deve contribuir para o combate à biopirataria, que é particularmente acentuada em um país com grande biodiversidade, como o Brasil. Não são poucos os casos de plantas, principalmente da **Amazônia**, que foram apropriadas por empresas estrangeiras, que registraram patentes no exterior, aproveitando-se da circunstância de não haver registro oficial do seu uso ou de suas propriedades no Brasil, embora isso possa ser até comum na medicina ou na alimentação populares. Como os cientistas têm alertado, não se combate a biopirataria só com fiscalização, mas com melhor conhecimento da biodiversidade e com patentes que a protejam de sua exploração ilegal.

O Inpi hoje se vê diante de dois problemas. É preciso dar continuidade com rapidez ao trabalho de tirar o atraso, pois há cerca de 160 mil pedidos de patentes ainda dependentes de análise, mesmo depois da identificação e arquivamento de 30 mil processos com documentação falha. E, atender a um aumento de 10%, por ano, do número de depósitos ou pedidos de novas patentes ou registro de novas marcas. Em 2011, por exemplo, o órgão recebeu 30 mil novos pedidos de patentes, número que tende a continuar em rápido crescimento. Apesar de investir relativamente pouco em pesquisa e **desenvolvimento** (P&D), estudos recentes revelam que as empresas nacionais têm elevado significativamente as suas dotações para incorporação de novas tecnologias, especialmente nas áreas petrolífera, de energias alternativas e de biotecnologia. Em relação a novas marcas, o Inpi recebeu mais de 140 mil pedidos em 2011.

Se, para incentivar a inovação, a política do governo deve orientar-se para estimular a pesquisa científica em universidades e institutos tecnológicos, como disse o novo ministro da Ciência e Tecnologia, Marco Antonio Raupp, os benefícios que daí poderão advir para o setor produtivo do País serão limitados, se o registro das patentes for tardio. O mesmo se aplica à intenção do governo de incentivar as empresas multinacionais a montarem centros de P&D no País.

Seria, portanto, lamentável que empresas ou entidades que promovem pesquisas no País voltassem a registrar patentes no exterior, sob alegação de que esse processo no **Brasil** é extremamente demorado. O Inpi está hoje mais bem equipado, com a reorganização das divisões técnicas especializadas, que passaram de 6 para 20, mas dispõe apenas de 273 examinadores, o que é considerado insuficiente para que consiga avançar mais. No escritório de patentes dos EUA, por exemplo, existem 5,4 mil funcionários para analisar 460 mil pedidos de patentes por ano (85,18 per capita), enquanto no Inpi atualmente essa proporção é de 110 processos para cada examinador. Essa sobrecarga, segundo Ávila, é um empecilho a novos ganhos de produtividade por aquele órgão.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO
Derrota chinesa na OMC

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Frequentemente acusada de conquistar **mercado**s por meio de práticas comerciais que reduzem os preços de seus produtos de maneira artificial - o que prejudica ou elimina boa parte da concorrência -, a China acaba de ser condenada em caráter definitivo pela Organização Mundial do **Comércio** (OMC) pelo motivo inverso: encarecer artificialmente as **exporta**ções de matérias-primas, para assegurar que suas indústrias disponham delas a preços mais baixos do que os pagos pelos competidores de outras partes do mundo.

Embora adote medidas aparentemente contraditórias, a política de **comércio** exterior do governo de Pequim tem um objetivo claro: assegurar que os produtos chineses de maior valor agregado cheguem a todos os **mercado**s ao menor preço possível, ainda que para isso uma pequena parte das **exporta**ções do país tenha de ficar mais cara.

Para garantir a suas fábricas acesso facilitado a matérias-primas como zinco, bauxita, magnésio e outros minerais essenciais para a indústria química e de veículos, a China taxa as **exporta**ções desses produtos. Ao elevar o preço internacional dessas matérias-primas (mas não o preço no **mercado** chinês), reduz a competitividade das indústrias de terceiros países.

Por isso, em novembro de 2009, os Estados Unidos, a União Europeia (UE) e o México abriram uma queixa na OMC contra a China por causa da sobretaxação das matérias-primas. Os autores da queixa são grandes **importa**dores desses produtos. Em 2008, a UE importou mais de 4,5 bilhões em minérios. Na ocasião, a comissária de **comércio** da UE observou que as restrições chinesas "distorcem a competição e aumentam os preços globais, o que torna as condições de concorrência para as nossas indústrias ainda mais difíceis".

Em julho do ano passado, a OMC já havia condenado as práticas chinesas e determinado que elas fossem eliminadas. O governo de Pequim recorreu da decisão, mas, depois de analisar o recurso, o órgão máximo da OMC para a solução de conflitos também reconheceu, na segunda-feira (30/1), que a taxação das **exporta**ções de matérias-primas pela China viola normas do **comércio** internacional e pode causar-lhe danos.

Os países que apresentaram a queixa observaram que, como a China é grande produtora mundial de muitos dos minerais cujas **exporta**ções vinha sobretaxando, companhias internacionais estavam sendo forçadas a instalar fábricas em território chinês para poder competir com as que já funcionavam no país.

Esse problema poderá se repetir com as terras raras - utilizadas na fabricação de computadores, telefones celulares, carros híbridos, turbinas de geradores eólicos e outros produtos de alta tecnologia -, das quais a China responde por 95% da **produção** mundial e que têm suas **exporta**ções sobretaxadas pelo governo de Pequim, com alíquota de 40%.

A UE já tinha alertado para a possibilidade de uma nova disputa na OMC a respeito das terras raras. Em comunicado no qual comentou a condenação agora imposta à China, a UE se disse "preocupada com o uso de restrições a **exporta**ções de terras raras e outras matérias-primas para a indústria".

Ironicamente, quando o governo brasileiro cogitou a imposição de taxação de 5% sobre as **exporta**ções de minério de ferro - do qual a China é o maior **importa**dor mundial - membros da representação chinesa junto à OMC chegaram a advertir os representantes do **Brasil** de que a medida criaria problemas para as **exporta**ções brasileiras, mais do que para os **importa**dores. Chegou-se até a examinar a hipótese de retaliações chinesas contra a sobretaxação brasileira.

A China é **importa**dora de muitas matérias-primas e tem procurado escapar da dependência de um número limitado de fornecedores, por meio de pesquisas e investimentos bilionários em países potencialmente produtores, sobretudo na África. Usa os meios de que dispõe para assegurar para si de tudo o que necessita. Mas, com a decisão da OMC, não poderá mais sobretaxar as **exporta**ções de um certo número de matérias-primas para proteger sua indústria.

VEÍCULO
O ESTADO DE SÃO PAULO

EDITORIA

TÍTULO

Insatisfeita, Dilma cogita 'donzela da torre' para Ministério das Mulheres

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Presidente deve trocar esta semana comando de secretaria, hoje sob Iriny Lopes

A presidente Dilma Rousseff deverá mudar, ainda esta semana, o comando da Secretaria de Políticas para as Mulheres. A alteração é tida como certa, pois a titular Iriny Lopes é pré-candidata à prefeitura de Vitória (ES). Sua saída, no entanto, mostrou-se conveniente ao governo. Fontes no Planalto sinalizam a insatisfação da presidente em relação à pasta - que, na avaliação de Dilma, ainda não conseguiu "acertar o tom" em um governo que, desde o início, pretendeu ter na afirmação feminina na política uma de suas marcas.

Não por acaso, Dilma tocou no tema tanto no discurso de posse como no proferido na Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) e priorizou nomes femininos na composição do **Ministério** e em sua indicação ao Supremo Tribunal Federal (STF).

Uma das favoritas para substituir Iriny é a socióloga, professora titular de saúde coletiva e pró-reitora da Universidade Federal de São Paulo (Unifesp), Eleonora Menicucci de Oliveira. Mineira, de 66 anos, mãe de dois filhos e avó de três netos, ela é doutora em ciência política pela Universidade de São Paulo e fez pós-doutorado na Universidade de Milão na área de saúde e trabalho das mulheres.

Militante de esquerda na década de 60, Eleonora foi vice-presidente da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais e da diretoria da UNE na gestão José Luiz Guedes. Presa em julho de 1971, foi torturada no DOI-CODI de São Paulo e conviveu com Dilma e outras companheiras de cárcere na famosa "Torre das Donzelas" do presídio Tiradentes, que reunia as prisioneiras políticas do regime militar.

Procurada pela reportagem do Estado, a professora negou ter recebido qualquer convite. "Estou totalmente envolvida com a atividade acadêmica. Se tiver a honra, aviso", respondeu.

Outro nome considerado por Dilma é o da deputada estadual fluminense Inês Pandeló (PT), no que seria uma opção mais sintonizada com a ala feminina do partido. Por telefone, Inês confirmou ao Estado que teve o nome levado ao Planalto por lideranças do PT do Rio e por movimentos sociais de defesa dos diretos das mulheres, mas disse não ter conversado com Dilma: "Se vier o convite, aceitaria. Mas vou apoiar qualquer que seja o nome escolhido pela presidente", afirma a deputada, que diz aprovar a gestão da atual ministra.

Em 2002, Inês foi eleita para a Assembleia Legislativa do Rio, onde cumpre seu terceiro mandato consecutivo. Há sete anos, preside a Comissão de Defesa dos Direitos das Mulheres na Assembleia e participou dos movimentos nacionais que culminaram com a regulamentação da Lei Maria da Penha. Assim como Iriny, Inês é pré-candidata à prefeitura de Barra Mansa - que disputou em 2008, sem sucesso - mas admite desistir em favor de outro nome na aliança que costura com o PC do B para ser ministra. Outra solução "doméstica" seria a nomeação da atual secretária executiva de Iriny, Rosana Ramos, também ligada ao PT.

A intenção da atual ministra, segundo fontes do partido, era receber o mesmo tratamento dado a Fernando Haddad, que largou o **Ministério** da Educação em troca da pré-candidatura à prefeitura de São Paulo com direito a uma cerimônia digna de ato de campanha no Palácio do Planalto. A presidente, no entanto, teria pedido tempo para encontrar substituta para o cargo.

Apesar de o prazo de desincompatibilização para quem pretende disputar as eleições municipais terminar no início de abril, Iriny pretende se dedicar às articulações em torno das alianças políticas para sua candidatura e por isso não quer esperar até o próximo mês. Esta será a décima mudança no primeiro escalão do governo e a segunda motivada pela disputa eleitoral de outubro deste ano.

Inimiga da Gisele

Deputada federal licenciada, Iriny Lopes está no **Ministério** desde o primeiro dia de governo Dilma. Em outubro do ano passado, a ministra protagonizou uma polêmica em torno de um comercial de lingerie estrelado pela modelo Gisele Bündchen. Iriny Lopes pediu a suspensão da propaganda ao Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária (Conar), depois de queixas de que o comercial reforçava o estereótipo da mulher como objeto sexual e

ignorava os avanços da sociedade contra a discriminação baseada em sexo.

Na peça publicitária, Bündchen ensina que, vestida de lingerie, é mais fácil dar notícias desagradáveis ao marido ou convencer um homem a atender os desejos da mulher.

São Paulo - O **Ministério** da Educação aunciou que vai comprar 600 mil tablets (computadores em formato de prancheta) para serem usados por professores do ensino médio das escolas públicas do País. O investimento, que será de R$ 150 milhões a R$ 180 milhões, foi anunciado pelo novo ministro, Aloizio Mercadante . Segundo o ministro, o equipamento será doado às escolas no segundo semestre deste ano.

"Na educação, a inclusão digital começa pelo professor", disse Mercadante. "É evidente que a tecnologia não é um objetivo em si, nada substitui a relação professor-aluno", disse.

O governo vai comprar os equipamentos de 7 ou 10 polegadas com bateria com duração de 6 horas, colorido, peso abaixo de 700 gramas, tela multitoque, câmera e microfone para trabalho multimídia, saída de vídeo, conteúdos pré-instalados, entre outras características. Segundo o **Ministério**, o tablet de 7 polegadas custará R$ 300 a unidade, e o de 10 polegadas, R$ 470.

Além disso, o investimento inclui ainda a compra de lousas eletrônicas interativas e computador com acesso à Internet. Os primeiros tablets, segundo o MEC, serão distribuídos para escolas federais, estaduais e municipais que já tenham Internet banda larga. Embora ainda seja desconhecidos os nomes das empresas interessadas no negócio, a brasileira Positivo Informática leva vantagem na disputa pela compra por já atender o **Governo Federal**.

VEÍCULO
ESTADAO.COM

EDITORIA

TÍTULO

A vocação pragmática dos tributos

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

EVERARDO, MACIEL, CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA, FEDERAL (1995-2002), EVERARDO, MACIEL, CONSULTOR TRIBUTÁRIO, FOI SECRETÁRIO DA RECEITA, FEDERAL (1995-2002) - O Estado de S.Paulo

A história dos tributos está profundamente vinculada à própria história da civilização. Sujeição dos vencidos, execução de políticas públicas, construção da fortuna de poderosos, modelação de condutas da sociedade, em tudo os tributos estão presentes como instrumento de poder. Muitas vezes, estiveram na raiz de grandes acontecimentos históricos. A Revolução Francesa e a Revolução Americana, por exemplo, estão intrinsecamente associadas a questões fiscais.

Em 1791, um deputado, em inflamado discurso na Assembleia Nacional Francesa, teria dito: "Fizemos a Revolução apenas para sermos os donos dos impostos". Felizmente, essa ideia não prosperou. Ao contrário, um dos primeiros atos revolucionários foi estabelecer a isonomia tributária: os impostos incidirão sobre "todos os cidadãos e toda propriedade, da mesma maneira e da mesma forma".

Do outro lado do Atlântico, os colonos americanos de Boston se insurgiam contra a pesada tributação sobre o chá e lançaram as bases do que viria a ser a guerra pela independência das colônias inglesas na América do Norte. Lamentavelmente, o nome desse movimento libertário (Tea Party) foi apropriado por um grupo ultraconservador com péssima influência na política norte-americana contemporânea, especialmente no Partido Republicano.

O imposto de renda, tal como se conhece hoje, foi instituído pelo primeiro-ministro britânico Willian Pitt em 1797, para financiar as guerras contra a França, e foi tido, a propósito, como "o imposto que derrotou Napoleão". Concebido em caráter temporário, converteu-se em definitivo, o que não é raro na história dos tributos.

No Brasil, a complexa diversidade de tributos retrata claramente disputas no âmbito de um federalismo mal estruturado. Aliás, já tivemos tributos muito pitorescos, como bem assinala José Eduardo Godoy, autor de uma ampla, cuidadosa e pouco divulgada obra sobre a história da tributação: o "Conchavo das Farinhas" - obrigação de entregar, em algumas cidades da Bahia, um prato de farinha para alimentar os soldados; a "Imposição sobre as Bestas que vêm do Sul" - tributo incidente sobre a **importa**ção de gados e cavalgaduras procedentes do Sul, tendo São Paulo como destino; o "Imposto dos Solteiros" - adicional do imposto de renda pago pelos solteiros ou viúvos, com mais de 25 anos, sem filhos; o "Chapins da Princesa" - tributo pago para custear os sapatos de uma infanta portuguesa.

A ideia do imposto único, tantas vezes lembrado, já foi objeto de um movimento político na Argentina, no início dos anos 20, contando, inclusive, com uma revista (Revista del Impuesto Único) para propagar suas teses, para a qual curiosamente colaborava o escritor brasileiro Monteiro Lobato.

Uma visão fundamentalista religiosa inspirou taxação pesada sobre tudo o que significasse desvio da boa conduta, daí resultando os denominados "impostos do pecado" (sin taxes), incidentes sobre o jogo, o tabaco e a bebida. Hoje, sabe-se que aumento de tributação não é o melhor instrumento para promover mudanças de conduta, porque estimula abertamente a sonegação e o contrabando.

Os países do Leste Europeu, desde os anos 90, vêm gradualmente acolhendo a heterodoxa tese do flat tax, concebida por Robert Hall e Alvin Rabushka, que consiste em tributar a renda das pessoas físicas mediante simples aplicação de uma alíquota sobre a renda tributável, sem nenhuma dedução e nenhuma progressividade. O modelo revelou-se, contudo, eficiente e teve boa acolhida popular.

Na campanha pela presidência dos Estados Unidos estão surgindo singulares teses tributárias.

Mitt Romney, que pretende a indicação republicana, anunciou que iria eliminar a tributação dos resultados das empresas auferidos no exterior. Posteriormente, soube-se que ele tem aplicações em paraísos fiscais. É preciso esclarecer melhor sua tese.

O presidente Barack Obama quer aumentar a tributação dos ricos (o "imposto Buffett", por ter sido proposto pelo milionário Warren Buffett). Não parece, todavia, disposto a reformar a complexa legislação do imposto de renda, carregada de brechas fiscais que fazem a festa dos mais ricos.

Ao contrário do que recomendam os compêndios tributários, Martin Wolf, articulista do Financial Times, em artigo recente, sugeriu aumento da tributação do consumo, como um dos meios para salvar o capitalismo, na mesma linha do que estão fazendo os países europeus atingidos pela crise econômica. Todos sabem que a tributação da renda já não é tão eficiente.

A França foi mais longe. Instituiu a tributação sobre a movimentação financeira, tão demonizada nestas terras, tão somente porque não estava catalogada nos manuais dos organismos internacionais. Em boa hora, reduziu a tributação sobre folha de salários. A Alemanha, talvez, siga o mesmo caminho.

Tributos têm uma infinidade de motivações e formas. É um equívoco, portanto, pretender sujeitá-los a dogmatismos ou estrangeirismos de qualquer gênero. Eles são quase sempre balizados por pragmáticas regras de eficácia e eficiência - especialmente em crises.

VEÍCULO
ESTADAO.COM

EDITORIA

TÍTULO
Derrota chinesa na OMC

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O Estado de S.Paulo

Frequentemente acusada de conquistar mercados por meio de práticas comerciais que reduzem os preços de seus produtos de maneira artificial - o que prejudica ou elimina boa parte da concorrência -, a China acaba de ser condenada em caráter definitivo pela Organização Mundial do Comércio (OMC) pelo motivo inverso: encarecer artificialmente as exportações de matérias-primas, para assegurar que suas indústrias disponham delas a preços mais baixos do que os pagos pelos competidores de outras partes do mundo.

Embora adote medidas aparentemente contraditórias, a política de **comércio** exterior do governo de Pequim tem um objetivo claro: assegurar que os produtos chineses de maior valor agregado cheguem a todos os **mercado**s ao menor preço possível, ainda que para isso uma pequena parte das **exporta**ções do país tenha de ficar mais cara.

Para garantir a suas fábricas acesso facilitado a matérias-primas como zinco, bauxita, magnésio e outros minerais essenciais para a indústria química e de veículos, a China taxa as **exporta**ções desses produtos. Ao elevar o preço internacional dessas matérias-primas (mas não o preço no **mercado** chinês), reduz a competitividade das indústrias de terceiros países.

Por isso, em novembro de 2009, os Estados Unidos, a União Europeia (UE) e o México abriram uma queixa na OMC contra a China por causa da sobretaxação das matérias-primas. Os autores da queixa são grandes **importa**dores desses produtos. Em 2008, a UE importou mais de 4,5 bilhões em minérios. Na ocasião, a comissária de **comércio** da UE observou que as restrições chinesas "distorcem a competição e aumentam os preços globais, o que torna as condições de concorrência para as nossas indústrias ainda mais difíceis".

Em julho do ano passado, a OMC já havia condenado as práticas chinesas e determinado que elas fossem eliminadas. O governo de Pequim recorreu da decisão, mas, depois de analisar o recurso, o órgão máximo da OMC para a solução de conflitos também reconheceu, na segunda-feira (30/1), que a taxação das **exporta**ções de matérias-primas pela China viola normas do **comércio** internacional e pode causar-lhe danos.

Os países que apresentaram a queixa observaram que, como a China é grande produtora mundial de muitos dos minerais cujas **exporta**ções vinha sobretaxando, companhias internacionais estavam sendo forçadas a instalar fábricas em território chinês para poder competir com as que já funcionavam no país.

Esse problema poderá se repetir com as terras raras - utilizadas na fabricação de computadores, telefones celulares, carros híbridos, turbinas de geradores eólicos e outros produtos de alta tecnologia -, das quais a China responde por 95% da **produção** mundial e que têm suas **exporta**ções sobretaxadas pelo governo de Pequim, com alíquota de 40%.

A UE já tinha alertado para a possibilidade de uma nova disputa na OMC a respeito das terras raras. Em comunicado no qual comentou a condenação agora imposta à China, a UE se disse "preocupada com o uso de restrições a **exporta**ções de terras raras e outras matérias-primas para a indústria".

Ironicamente, quando o governo brasileiro cogitou a imposição de taxação de 5% sobre as **exporta**ções de minério de ferro - do qual a China é o maior **importa**dor mundial - membros da representação chinesa junto à OMC chegaram a advertir os representantes do **Brasil** de que a medida criaria problemas para as **exporta**ções brasileiras, mais do que para os **importa**dores. Chegou-se até a examinar a hipótese de retaliações chinesas contra a sobretaxação brasileira.

A China é **importa**dora de muitas matérias-primas e tem procurado escapar da dependência de um número limitado de fornecedores, por meio de pesquisas e investimentos bilionários em países potencialmente produtores, sobretudo na África. Usa os meios de que dispõe para assegurar para si de tudo o que necessita. Mas, com a decisão da OMC, não poderá mais sobretaxar as **exporta**ções de um certo número de matérias-primas para proteger sua indústria.

VEÍCULO
VALOR

EDITORIA

TÍTULO

Múltis brasileiras trazem US$ 21 bilhões das filiais

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

As boas perspectivas de crescimento do **mercado** doméstico em comparação ao cenário de crise nas economias desenvolvidas e o custo menor do crédito fora do país levaram as multinacionais brasileiras a trazer um volume substancial de recursos do exterior, nos chamados empréstimos intercompanhias. Em 2011, as entradas no país por meio desse canal superaram as saídas em US$ 21,2 bilhões, fazendo o saldo líquido dos investimentos brasileiros diretos no exterior ficar positivo em US$ 9,3 bilhões, uma vez que as operações para compra de participação em empresas fora do **Brasil** exibiram saída líquida de US$ 11,9 bilhões, segundo o Banco Central. O resultado causa alguma estranheza, porque o processo de internacionalização das companhias brasileiras está no início e, em tese, o natural seria que o fluxo líquido fosse de saída de dinheiro do país

Filial de múlti envia US$ 21 bi a matriz no país

Por Sergio Lamucci | De São Paulo

As matrizes das multinacionais brasileiras receberam em 2011 um fluxo expressivo de recursos de suas filiais no exterior, nos chamados empréstimos intercompanhias. Nessas operações, as entradas no **Brasil** superaram as saídas em US$ 21,2 bilhões, o que fez o saldo líquido total de investimentos brasileiros diretos no exterior - voltados para atividades produtivas - ficar positivo em US$ 9,3 bilhões, uma vez que o fluxo de compras de participação no capital de empresas lá fora ficou negativo em US$ 11,9 bilhões. Os números são do Banco Central.

O resultado causa alguma estranheza, porque o processo de internacionalização das companhias brasileiras está no começo, e seria natural que as saídas de recursos fossem superiores às entradas.

Há quem acredite que as empresas trouxeram neste ano mais dinheiro das filiais com o objetivo de evitar a cobrança do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) nas aplicações em ações e principamente em renda fixa (para aproveitar o diferencial entre juros internos e externos), mas vários analistas têm explicação mais benigna. O dinheiro viria para as companhias investirem em atividades produtivas, uma vez que as perspectivas de crescimento da demanda por aqui são mais favoráveis do que em boa parte do mundo. Os investimentos brasileiros diretos se compõem da soma das operações de participação no capital e dos empréstimos intercompanhias.

Pesquisador do Laboratório de Inovação e Competitividade da USP, Luiz Caseiro diz que a ampliação da presença das empresas brasileiras no exterior aumenta a capacidade de levantar recursos fora do país. Uma das vantagens da internacionalização, lembram analistas, é o acesso a capital com custos mais baixos. Para o presidente da Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização (Sobeet), Luís Afonso Lima, num momento em que a economia brasileira oferece oportunidades interessantes de expansão, as empresas tendem a dar preferência a projetos por aqui. "É um recuo tático, não um abandono das operações fora do país."

Caseiro também não vê esse movimento como um retrocesso na fase de internacionalização. Ele lembra que, no caso das operações de participação de capital, as saídas de recursos do **Brasil** continuaram a superar as entradas em 2011. Isso quer dizer que as empresas seguem aumentando a presença fora do país. Nos últimos anos, companhias como Vale, Petrobras, Gerdau, Weg e Marcopolo ampliaram a atuação no exterior.

Dos US$ 21,2 bilhões que voltaram ao país sob a forma de empréstimos intercompanhias, US$ 15,1 bilhões se referem a operações em que a filial amortiza recursos que haviam sido emprestados pela matriz. Para o professor Antonio Corrêa de Lacerda, da PUC-SP, esse movimento pode confirmar a hipótese de que as empresas decidem trazer recursos das subsidiárias por verem perspectivas mais promissoras por aqui. "É um movimento de trazer parte do dinheiro de volta, mas não de desistir da internacionalização."

Lima diz que as empresas podem "arbitrar" a data de amortização de empréstimos de suas filiais, ou seja, têm espaço para definir quando mandar o dinheiro de volta. Dado que hoje os projetos em várias áreas são mais promissores no Brasil, faz sentido trazer os recursos. "Como se trata de uma relação entre matriz e subsidiária, a tendência é que esses pagamentos ocorram em função de um

planejamento da organização de investimentos", reforça Caseiro.

Há ainda uma fatia de US$ 6,1 bilhões do fluxo líquido de US$ 21,2 bilhões de empréstimos intercompanhias para o **Brasil** que se refere a recursos emprestados às matrizes pelas filiais. Como o custo do dinheiro no exterior é mais baixo, há um estímulo para que as subsidiárias tomem emprestado no exterior e repassem para as sedes investirem em projetos num **mercado** de maior potencial de crescimento, dizem analistas.

Pesquisadoras do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), Julia Braga e Renata Carvalho acreditam que o forte aumento do fluxo de recursos das filiais para as matrizes neste ano pode ter outro motivo. Para elas, as empresas estão buscando opções para evitar a cobrança do IOF nas aplicações de recursos em ações e renda fixa. Em outubro de 2010, a alíquota para a renda fixa subiu de 2% para 6%, e a de ações foi definida em 2%. As pesquisadoras notaram primeiro o aumento dos fluxos de investimentos estrangeiros diretos, que também passaram a apresentar maior volatilidade, característica típica de capitais de curto prazo, como as aplicações em ações e renda fixa.

De fato, o fluxo das filiais no exterior para as matrizes em 2011, de US$ 21,2 bilhões, ficou bem acima dos US$ 15,2 bilhões de 2010 e dos US$ 14,6 bilhões de 2009, embora esses números também sejam expressivos. Segundo Julia e Renata, essas operações perderam fôlego depois que o BC inverteu a mão da política monetária, no fim de agosto, e começou a reduzir os juros. Em novembro e dezembro, por exemplo, saíram do país US$ 400 milhões por esse canal. Com juros menores e IOF agora zerado na entrada de dinheiro para ações (para títulos públicos, permanece a taxa de 6%), há menos incentivo para o uso desse expediente, que elas classificam como "arbitragem regulatória".

As pesquisadoras dizem ainda que a existência de operações para escapar do IOF não exclui um movimento simultâneo de entrada de dinheiro para uso em atividades produtivas. A questão é que o aumento dos fluxos, especialmente no primeiro trimestre de 2011, sugeriu um elemento novo.

Caseiro diz que a hipótese das pesquisadoras do Ipea deve ser levada em conta, mas acredita que a maior parte dos recursos vindos das filiais para as matrizes tende a ir para projetos no setor produtivo. "O IOF aumentou em 2010, e a tendência de alta dos empréstimos de capital das subsidiárias para as matrizes ocorre desde 2007, quando a economia passou a apresentar um ciclo de crescimento mais intenso e sustentável."

Lacerda acha que as duas hipóteses não são excludentes, dando como exemplo uma empresa que tem um plano de investimento a ser realizado em dois anos. Nesse caso, a companhia traz os recursos da filial, aplica o dinheiro na renda fixa e o desembolsa ao longo do tempo, à medida que constrói uma nova fábrica.

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

Presidente da Câmara defende as MPs e o acordo para votar royalties

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

O deputado Marco Maia (PT-RS) afirma, em entrevista ao Brasil Econômico, que as medidas provisórias "não são uma limitação ao trabalho do Parlamento". Ele vai lutar por consenso na votação da emenda que redistribui os royalties do petróleo.

"As Medidas Provisórias não limitam o trabalho do Congresso Nacional"

A eleição do petista gaúcho Marco Maia para a presidência da Câmara dos Deputados em fevereiro de 2011 foi o batismo de fogo de Dilma Rousseff no poder. Muitos duvidavam que a escolhida de Lula, um quadro técnico e avesso ao varejo político, tivesse habilidade para operar acordos tão delicados e potencialmente explosivos. Nas eleições anteriores para o comando da Casa, a base aliada entrou em campo dividida e o processo deixou cicatrizes profundas.

Graças aos operadores do Planalto, porém, Maia foi eleito com uma votação consagradora e recebeu o apoio de 21 dos 22 partidos ali representados. A chave do sucesso foi um acordo com o poderoso PMDB, que consiste em um rodízio: em 2013, será o PT quem vai apoiar o nome do PMDB, o veterano Henrique Eduardo Alves.

Uma vez no cargo, Maia mostrou-se um leal operador governista.

Com exceção do Código Florestal, a pauta presidencial não sofreu nenhum grande revés ao longo de 2011.

O desempenho serviu como munição para a oposição tirar da gaveta um velho bordão de plenário: "o executivo está pautando o Congresso". Nesse aspecto, Maia se equilibra entre argumentos. Orgulha-se de seu desempenho, mas fala firme ao recusar o selo de instrumento de manobra do Palácio do Planalto. É nesse ponto que seu discurso torna-se diametralmente oposto ao de outro leal aliado do governo, o presidente do Senado, José Sarney.

Prestes a se aposentar (a promessa é 2014), o cacique do Maranhão sente-se mais à vontade para engrossar o coro dos descontentes com a ingerência do executivo sobre o parlamento. Foi o que ele fez no pronunciamento de abertura do ano legislativo de 2012, na última quinta-feira, quando pediu limite para a edição de Medidas Provisórias (MPs), o instrumento pelo qual os presidentes cortam caminho. Nessa entrevista ao **Brasil** ECONÔMICO, Maia prega na rota oposta e defende a edição de MPs. Gaúcho de Canoas, Marco Maia tornou-se presidente da Câmara graças à insatisfação dos petistas com o excesso de paulistas no **Ministério** de Dilma.

Ao contrário do ex-presidente Lula, que tinha o hábito de afagar o legislativo e convivia com os seus chefes, a relação entre Maia e Dilma nunca foi próxima. E, em alguns momentos, os dois chegaram mesmo a se estranhar. Mas em 2012, um ano curto no Congresso, eles devem se aproximar mais. As crises ministeriais em série do ano passado empurraram para esse ano parte das polêmicas inadiáveis da agenda. Isso significa que o terreno tem que ser limpo até junho. Apesar de ser um político que foge de polêmicas e usa platitudes diante de perguntas difíceis, Maia traçou ao **Brasil** ECONÔMICO um bom cenário sobre ontem, hoje e amanhã.

Pedro Venceslau

Dizem que o Palácio do Planalto é quem pauta a agenda da Câmara dos Deputados. Isso é verdade?

Não é verdade. O momento que o Congresso Nacional está vivendo é de harmonia, parceria e diálogo com o executivo, mas em 2011 nós votamos várias matérias que não eram de interesse do governo.

Quais? A regulamentação da emenda 29, que define percentuais mínimos de investimento em saúde pela União, estados e municípios, a PEC da Música, que concede imunidade tributária a produções fonográficas brasileiras com música de autores nacionais, a regulamentação do aviso prévio proporcional.

Quantos projetos foram votados pela Câmara dos Deputados durante o ano de 2011?

Mais de 600 projetos foram votados em 2011. E a grande maioria foi de iniciativa do parlamento ou do judiciário. Mas é óbvio que o executivo não pode realizar nada sem que seja antes aprovado ou referendado no

parlamento. No caso das Medidas Provisórias, 80% delas sofreram alterações na Câmara.

Muitos parlamentares da oposição e da base aliada, entre eles o José Sarney, presidente do Senado, cobram da presidente Dilma uma solução para o excesso de medidas provisórias que trancam a pauta do Congresso. O sr. defende a limitação da edição das MPs?

Não tenho divergência com as Medidas Provisórias. Nosso papel é aprovar ou rejeitar as propostas. Não vejo as MPs como uma limitação ou impedimento ao trabalho do parlamento.

Outra queixa recorrente nos corredores do Congresso Nacional é que as Medidas Provisórias são usadas regularmente como um ônibus: vários projetos de temas diferentes são encaixados na MP e aprovados de carona...

Isso faz parte do processo legislativo e da democracia. Não podemos criticar. Muitas vezes, as MPs fazem andar temas que estão trancados.

Há uma grande controvérsia no seu partido, o PT, sobre a composição com o PSD de Gilberto Kassab. Em São Paulo, existe muita resistência em relação a essa aliança.Qual a sua posição?

Sou defensor da aproximação nacional do PSD com o PT. O partido surge como uma força política **importa**nte e está muito forte em vários estados. Mas é preciso respeitar as disputas regionais. Uma eleição municipal tem contextos próprios. Em Porto Alegre, por exemplo, teremos uma candidata do PCdoB, outro do PDT e um do PT. Todos são partidos que fazem parte da base aliada da presidente Dilma Rousseff.

Não seria melhor que os três apoiassem um candidato só em Porto Alegre?

Seria melhor, mas isso depende da conjuntura.

O acordo do PT com o PMDB sobre a sua sucessão na presidência da Câmara, que consiste em apoiar o líder do PMDB, Henrique Eduardo Alves, ainda está de pé?

O acordo será cumprido e mantido na integralidade. Mas temos ainda um ano pela frente antes de começar esse debate.

Qual a sua expectativa para o começo do ano legislativo? Teremos um começo de ano cheio de debates e discussões acaloradas. O primeiro semestre será mais ativo, já que 2012 será atípico por causa das eleições municipais. Vamos tratar como prioridade o tema dos royalties do petróleo, que retornou à Câmara.

Precisamos buscar um consenso o mais rapidamente possível. Vamos tratar também da Lei Geral da Copa, que é uma prioridade. Vamos votá-la já no mês de fevereiro. Precisamos agir com rapidez

E o segundo semestre será paralisado pelas eleições municipais? O segundo semestre acaba sendo dedicado aos debates da disputa eleitoral municipal. Isso é muito **importa**nte. É na eleição que o cidadão discute o dia a dia da sua cidade, quando entra em questões como a iluminação, a educação, o esgoto, o transporte e os buracos de rua.

A votação do projeto que cria a Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp) será tensa?

A minha expectativa é de que o acordo feito no final do ano passado com a oposição seja cumprido. Acredito que será uma votação rápida. A ideia é que esse seja o primeiro ponto de pauta no início dos trabalhos. A criação do fundo é **importa**nte para dar tranquilidade a aposentadorias dos servidores e produzir equilíbrio na previdência.

Qual será o desfecho do projeto do Código Florestal na Câmara? O projeto voltou para a Câmara no final do ano passado. A expectativa é que seja votado rapidamente. Nos próximos dois meses encerraremos esse debate no país. O projeto ficou bom, embora não tenha agradado nem aos agricultores, nem aos ambientalistas. Ele representa o sentimento médio da sociedade. Vamos dar ao **Brasil** uma grande ferramenta de proteção ao meio ambiente.

A Proposta de Emenda à Constituição conhecida como PEC do Trabalho Escravo tramita há dez anos na Câmara dos Deputados.

A matéria é combatida pelos deputados ligados ao agronegócio.

Ela sairá da fila em 2012?

Ela será um prioridade. Vou encaminhá-la ao plenário. É um absurdo que até a PEC não tenha sido votada. Faltou consenso. Sempre há um debate sobre os impactos que ela teria e sobre quais devem ser as punições.

O debate da reforma política que começou em 2011 foi tratado como prioridade da agenda parlamentar.

Mas depois foi caindo no esquecimento.

O projeto morreu de vez?

Não morreu, mas tem encontrado dificuldades de avançar na Câmara em função dos pontos polêmicos. O relator Henrique Fontana (PT) está com o relatório pronto, mas falta acordo e consenso entre as lideranças e partidos políticos. Trata-se de uma urgência. Nosso esforço será construir um acordo para votar, se não tudo, pelo menos um mínimo que possa iniciar o processo de mudança da estrutura política brasileira.

Quais são os pontos de consenso nas bancadas?

O financiamento público de campanha, a coincidência das datas das eleições, fidelidade partidária. Creio que podemos avançar nesses temas no primeiro semestre.

Muitos parlamentares reclamam que o **Governo Federal** pauta a agenda do Congresso Nacional. O que sr. tem a dizer sobre isso? Alguns interesses são divergentes, mas isso faz parte da democracia. Que bom que é assim. O relacionamento entre o executivo e o Congresso tem sido bom e respeitoso. Dentro da normalidade. Os poderes são independentes. As matérias de interesse do governo foram votadas, mas também foram alteradas.

Foi apertada a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que assegurou o direito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) de investigar os juízes. Como avalia essa resistência dos magistrados?

Sou defensor do CNJ. O Conselho tem o papel de fiscalizar a conduta dos magistrados e juízes, mas precisa estar conectado com as corregedorias e demais organismos de controle. O CNJ se consolidou como uma instituição fundamental. Ele precisa cumprir sua tarefa constitucional de guardião das leis. O grande desafio é buscar o equilíbrio e a sintonia.

A imprensa tem noticiado que deputados viajam em missões diplomáticas mal explicadas. Como evitar que eles façam turismo com verba oficial?

Todas as viagens que são autorizadas precisam de um motivo e precisam estar concentradas com as atividades do parlamentar. Depois do retorno eles têm que prestar contas das resoluções tiradas. Há um regramento incisivo. São poucos os casos de agendas que não terminam com um relatório. Não podemos tratar esse tema com a excepcionalidade.

A presidente Dilma silenciou-se sobre a Comissão da Verdade.

Isso não lhe incomoda?

Nós fizemos a nossa parte. Ela foi votada na Câmara. A presidente agora tem a responsabilidade de escolher os nomes.

Qual a previsão da obra de construção do anexo da Câmara? Por que ela é importante?

Atualmente, a administração da Câmara está elaborando os projetos para a construção do Anexo IV-B, que deve abrigar 86 gabinetes de parlamentares. Quando o anexo IV foi construído, na década de 1970, a Câmara contava com apenas 420 deputados. A partir da redemocratização nos anos 1980, a criação de novos estados da federação e a ampliação do número de partidos, o número de representantes chegou a 513.A construção de novos gabinetes deve dar melhores condições para que os parlamentares exerçam seus mandatos.

Como será paga a obra?

A obra será paga integralmente com recursos (R$ 270 milhões) provenientes da venda da folha de pagamento dos servidores da Câmara dos Deputados, em 2008.

O clima no Congresso é de crise com a queda do ministro das Cidades?

Não há crise. Se você olhar as histórias dos executivos, ela se repete em todos os governos. Li uma reportagem sobre o governo Fernando Henrique Cardoso. Foram 46 trocas em 46 meses, significa uma por mês. A intensidade depende da forma de atuação de cada um. A presidente Dilma é mais rápida.

Qual a sua maior referência e inspiração na política?

Com certeza, o ex-presidente Lula, assim como os diversos companheiros de sindicato, dos movimentos sociais e do Partido, tiveram muita influência na minha trajetória.

Sua carreira começou no sindicalismo?

No fim dos anos 70, com a ditadura militar começando a se fragilizar, algumas lideranças começaram a manifestar a intenção de criar um novo sindicalismo para substituir o modelo inoperante de então. Esse movimento iniciou a partir de São Paulo, onde o então metalúrgico **Lula** passou a organizar a categoria e resistir às ações da ditadura.

Quando esse movimento atingiu o Rio Grande do Sul?

Na minha terra, Canoas, esse movimento teve início nos anos 80, com metalúrgicos históricos, como Paulo Paim, hoje senador; entre diversos outros companheiros de jornada no

movimento sindical. Junto com antigos militantes de esquerda na região, articulamos um movimento de oposição aos dirigentes sindicais, que, na época, insistiam em manter a estrutura eminentemente assistencialista e de pouca combatividade.

VEÍCULO
BRASIL ECONÔMICO-SP

EDITORIA

TÍTULO

Petróleo na Amazônia não preocupa

ORIGEM
INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO

ENFOQUE
DE INTERESSE

VEICULAÇÃO
NACIONAL

Regiane de Oliveira

A descoberta de maior potencial de exploração de petróleo na Amazônia, anunciado pela Petrobras na última sexta-feira, não deveria entrar para a lista das maiores preocupações dos ambientalistas.

Ao menos, é o que acredita o economista e consultor de agências das Nações Unidas, Ladislau Dowbor.

Para ele, as reservas de petróleo são o menor problema da região.

"São desmatados 7 mil km² de mata todos os anos na **Amazônia**.

Não é a descoberta de petróleo ou mesmo o alagamento de 600 km² que deveriam preocupar", afirma.

"Saber que temos mais recursos é sempre bom.

Mas o elemento-chave é dar um destino correto a esses recursos." A Petrobras anunciou a descoberta de uma nova acumulação de óleo e gás na Bacia do Solimões, no **Amazonas**.

Em comunicado ao **mercado**, a companhia informou que a reserva, localizada no município de Coari, a 25 km da província petrolífera de Urucu (AM), indica uma capacidade de **produção** diária de 1,4 mil barris de óleo de boa qualidade (41° API) e 45 mil m³ de gás.

O poço foi perfurado a uma profundidade final de 3.295 metros.

"Este é o segundo sucesso exploratório no Bloco SOL-T-171, onde já está em andamento, desde 2010, o Plano de Avaliação da Descoberta do poço 1-BRSA-769-AM, informalmente conhecido como Igarapé Chibata", informou a empresa.

Confirmada a viabilidade econômica das descobertas será possível um novo polo produtor de petróleo e gás natural na Bacia do Solimões.

A Petrobras detém 100% dos direitos de exploração e **produção** na concessão.

A companhia produz diariamente no **Amazonas** 53 mil barris de óleo e 11 milhões de m³ de gás natural além de 1,3 mil toneladas de GLP.

Apolítica de uso futuro desses recursos ainda é uma incógnita.

Dowbor afirma, no entanto, que o **Governo Federal** tem dado mostras de que não está simplesmente incentivando o aumento de exploração e utilização de recursos fósseis.

"A ideia é utilizar esses recursos para ampliar os investimentos em política tecnológica, educação e demais programas sociais", explica.

Quanto ao perigo ambiental, Dowbor afirma que é preciso definir prioridades.

"A **Amazônia** vem sofrendo ataques sistêmicos das indústrias de madeira, soja e gado.

É fato que tivemos avanços.

Passamos de um desmatamento diário de 28 mil km² em 2002, para 7 mil km² em 2011", ressalta.

Enquanto comemora o potencial de exploração da **Amazônia**, a Petrobras informou que, depois de sobrevoos realizados neste final de semana na área de Carioca Nordeste, na Bacia de Santos, "não foram mais identificados quaisquer vestígios de óleo no mar".

A empresa ainda analisa as causas do vazamento de cerca de 160 barris na região do pré-sal.

Com Reuters